

COMUNICAÇÃO ENTRE ALUNOS SURDOS E PESSOAS OUVINTES NO AMBIENTE ESCOLAR.

Nara da Silva Oliveira (1); Flávio José Santos Miranda (2).

(1) Universidade do Estado do Pará – UEPA – silvanara19@yahoo.com.br

(2) Universidade do Estado do Pará – UEPA – arte@flaviomiranda.com.br

Resumo: Este trabalho teve por objetivo analisar a comunicação do aluno surdo com as demais pessoas ouvintes em uma escola municipal do Distrito de Mosqueiro. A comunicação investigada e interpretada à luz dos desafios colocados pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. O trabalho caracterizou-se por uma pesquisa de campo e teve como instrumento de pesquisa a entrevista livre e observação realizada com a professora do aluno surdo, com a professora do AEE (Atendimento educacional especializado), aluno com necessidade especial e a coordenadora da escola. O método adotado é de cunho qualitativo e a análise dos dados analítica e descritiva. Os resultados indicam que os entrevistados sentem a insatisfação pelo pouco investimento sobre questões inerentes à inclusão de alunos surdos na sala regular de ensino, mas que também são pouco informados sobre metodologias que podem melhorar o mundo do aluno incluído. De acordo com os relatos foi possível perceber a insegurança e o despreparo do professor e da escola de modo geral para atender as necessidades educacionais dos alunos com surdez na sala de aula comum. Diante do cenário encontrado e o idealizado para atender as peculiaridades educacionais do aluno surdo na classe regular da instituição analisada o estudo poderá contribuir para implementação e ampliação de ações e projetos educacionais visando à participação direta de alunos surdos na escola investigada através do bilinguismo.

Palavras-chave: Surdo. Comunicação. Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Escola regular. Bilinguismo.

INTRODUÇÃO

Segundo a Lei Federal nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996, Art. 24 do decreto nº 3.298/99 e a Lei nº 7.853/89, “a pessoa com deficiência tem direito à educação pública e gratuita preferencialmente na rede regular de ensino e, ainda, à educação adaptada às suas necessidades educacionais especiais” (BRASIL, 1996). Diante da realidade onde a questão da inclusão e comunicação do surdo tem sido um dos assuntos mais discutidos nos encontros de educação especial e pelas leis das quais citei acima, que amparam os surdos, é questionável o porquê dos alunos com necessidades educacionais especiais ainda sofrerem com a exclusão mesmo estando agora dentro da escola e amparados pelas leis que deram o direito de atendimento especializado para assim atendê-los. Ao que parece que esses direitos não estão sendo garantidos, como afirma Carlos Skliar (2003):

...chamar ao outro para uma relação escolar sem considerar as relações do outro com outros..., não temos, nunca, compreendido o outro, o temos, sim, massacrado,

Conforme foi constatado nessa pesquisa e, principalmente, durante a prática de estágio em uma escola de ensino fundamental I, que a professora não tem a formação adequada para atender seu aluno surdo e também não tem um interprete de LIBRAS a fim de favorecer, a mediação da comunicação entre professor (ouvinte) para com o aluno com surdez, o que ocasiona prejuízos no processo de aprendizagem.

No primeiro capítulo será apresentado o referencial teórico tendo como base teórica, BENTES (2012), que diz em sua obra “Normalidades e disnormalidades” diz existir uma categoria de análise chamada “generalização ideológica” que trata de proposições que difundem um estereótipo, fruto de princípios capacitista, preconceituoso para com pessoas deficientes, que explicita ou implicitamente os caracterizam como inferiores, incapazes e impotentes. São suposições falsas que não se sustentam em um debate crítico e ideológico. Outra referencia é de Santana (2007), que trata as áreas do conhecimento relacionadas com a surdez sempre houve disputas para apontar a melhor a comunicação dos surdos.

Ainda neste capítulo será tratada a Lei Nº 10.436 de 24 de abril de 2002 que reconhece a Libras como a forma de comunicação e expressão do surdo e o Decreto nº 5.626 da Lei de LIBRAS de 2005. Continuando será apresentado as lutas e conquistas e como eram vistas as pessoas com surdez até a conquista da Libras como língua e as políticas de inclusão.

No segundo capítulo será apresentado o cenário da pesquisa, em uma escola municipal no distrito de Mosqueiro em uma turma de CII 2º ano onde tem um aluno com deficiência auditiva severa, dependente da Libras, mas não conta com este recurso para o aprendizado a professora também não tem domínio da língua e não dispõe de interprete para a suas aulas. Também será exposto como se da à comunicação do aluno surdo com os alunos ouvintes e qual a sensação do aluno surdo de não ser compreendido, e como ele faz para tentar a comunicação.

Nas considerações finais são retomadas as principais discussões realizadas ao longo dos dois capítulos, mas, principalmente, do segundo capítulo onde na pratica se vê como os alunos surdos inclusos estão se comunicando nas escolas regulares, e como os professores estão recebendo formação para atendê-los de acordo com as leis e decretos. Reforçando a ideia que vem sendo defendida pela comunidade surda que é o bilinguismo nas escolas para a comunicação eficaz.

Portanto, o objetivo geral dessa pesquisa foi analisar como os alunos surdos estão sendo atendidos pedagogicamente no processo de inclusão nas escolas regulares de ensino

publico. Bem como verificar como a escola tem se modificado para receber os alunos surdos diante das políticas de inclusão; e como os professores têm sido preparados para a inclusão de alunos surdos e mostrar como o bilinguismo pode facilitar a comunicação entre alunos surdos e pessoas ouvintes no ambiente escolar.

Para tanto a pesquisa se dará de forma qualitativa já que as pesquisas desse tipo têm caráter exploratório e estimulam os entrevistados a pensar e falar livremente sobre algum tema, objeto ou conceito e fazem emergir aspectos subjetivos, atingem motivações não explícitas, ou mesmo não conscientes, de forma espontânea, tendo como método o estudo de caso de caráter exploratório que investiga um fenômeno contemporâneo partindo do seu contexto real, utilizando múltiplas fontes de evidências e diferentes perspectivas, e a coleta de dados feita pelo próprio pesquisador aumentando as chances de que esse estudo seja um ponto de partida para outras pesquisas.

A análise de dados será analítica e descritiva, pois as pesquisas analíticas envolvem o estudo e avaliação aprofundados de informações disponíveis na tentativa de explicar o contexto de um fenômeno e a pesquisa pode ser melhorada através de descrição e análise de observações objetivas e diretas.

O sujeito da pesquisa será um com aluno com deficiência auditiva progressiva para o lado direito, a professora de sala de aula e a professora da sala de recurso, de uma escola municipal do distrito de Mosqueiro.

A partir dessa pesquisa conclui-se mais uma realidade que nos leva a refletir sobre a beleza da teoria e a dolorosa prática. Todo investimento ainda não tem sido suficiente para mudar o cenário da exclusão e a evasão tem sido a melhor alternativa. Tenho certeza que se fossem compreendidos diriam: obrigado! Este estudo caminha no sentido de oferecer subsídios para futuras contribuições elaboradas com base no cenário encontrado.

Capítulo I – Marco teórico

Contexto histórico

Neste capítulo trataremos o assunto surdez em vários momentos históricos e em perspectivas diferentes que perpassam pelo ponto de vista religioso até o jurídico. O assunto surdez apesar de ter ganhado visibilidade nos últimos anos, é debatido desde os primórdios. A Bíblia Sagrada apresenta registros sobre a existência de surdos desde o início da humanidade. Em Êxodo 4.11, quando disse o Senhor a Moisés: “Quem fez a boca do homem? Ou quem fez o mudo, ou o surdo, (...) Não sou eu, o Senhor?”. Na

sequencia há uma ordenança em Levíticos 19.14, para que os surdos não fossem amaldiçoados pelo povo. Em Provérbios de Salomão capítulo 31.8, pede para que abram a boca a favor do mudo, em defesa dos abandonados. Tais passagens chamam atenção para o caráter discriminatório da convivência com a pessoa surda, a Bíblia recomendava que fossem respeitados, mas na verdade não havia tolerância, as civilizações grega e romana sacrificavam os que nasciam com alguma deficiência (UNINTER p.4). No caso dos surdos que se descobria apenas com alguns anos de vida isso impedia a morte ao nascer, mas os que sobreviviam eram reconhecidos como dementes e eram separados dos “normais”. Sá (2003, p.89) in Meserlian e Vitaliano (2009), discorre que “a situação a que estão submetidos os surdos, suas comunidades e suas organizações, no Brasil e no mundo, têm muita história de opressão”. Os surdos viviam a margem da sociedade privados de seus direitos legais e eram considerados como anormais e incapazes de aprender os conhecimentos necessários para a socialização e até uma qualificação profissional. Até o século XII eram impedidos de se casar para não gerarem filhos com o mesmo problema e até eram proibidos de administrarem as suas heranças. Completamente excluídos de uma sociedade ativa, inúteis que deveriam viver em lugares preparados para eles, em espécie de asilos de surdos. Acreditava-se que a surdez era falta de inteligência, Fernandes (1998). Acreditava que a fala era o que dava condição de humano ao indivíduo. É inevitável que as pessoas por varias décadas tenham pensado assim. O que contribuiu para que demorassem mais tempo para que houvesse uma mudança nessa historia, a oportunidade de estudar, de trabalhar de casar de ser cristão e até de receber suas heranças pela visão distorcida da sociedade sobre a incapacidade intelectual do surdo.

Ponce de Leon (1520-1584), monge beneditino, espanhol é reconhecido como o primeiro professor de surdos. O monge dedicou-se a ensinar a ler, escrever, falar e aprender as doutrinas da fé católica. No entanto eram apenas os filhos surdos da nobreza que tinham a oportunidade de estudar, porque ser surdo colocava em risco toda a família e a fortuna e não seriam reconhecidos enquanto cidadãos da nobreza espanhola e perderiam seu poder, por isso a preocupação em fazer o surdo falar. Segundo Reily (2007) in Meserlian e Vitaliano (2009), o ensino era apenas aos filhos das famílias que faziam parte da nobreza espanhola para receberem atendimento educacional e os surdos que não pertenciam à elite social da época viviam em verdadeira miséria, sofrendo a falta de trabalho e o isolamento social.

Vê-se, portanto, que esta perda de poderes pesava mais do que as implicações religiosas ou filosóficas no desenvolvimento de técnicas para a oralização do surdo. A força do poder financeiro e dos títulos é que pode ser considerado um dos primeiros impulsionadores do

oralismo que, de alguma forma, começava a se implantar neste momento e que estende até os nossos dias. (MOURA, 2000, p.18 in Barbosa, 2007).

Abbeerley (1991) in Bentes (2012, p.44), comenta que é a sociedade que oprime a pessoa e não a deficiência que oprime o corpo. Tudo é moldado para atender aos cidadãos “normais” e perpetuar a normalidade, acarretando que as pessoas vivam em um submundo, com a impressão de que o mundo não foi feito para elas.

Sacks, (1990) in Meserlian, (2009), os abades que viveram na metade do século XVIII não suportavam pensar nas almas dos surdos-mudos, vivendo e morrendo sem absolvição dos pecados, privados do catecismo, das escrituras e da palavra de Deus e acreditando que a alma dos surdos não poderia ser imortal já que não podia falar os sacramentos. A partir desta preocupação, em 1870, o abade Charles Michel L’Epee (1712-1789) fundou, em Paris, primeira escola para pessoas surdas. Foi L’Epee o primeiro a considerar que o surdo tinha uma língua, usava o método manual e oral, anda que não tão eficiente a forma de ensinar, mas foi ele que os colocou na condição de humano.

As instituições religiosas ofereceram aos surdos a oportunidade de aprender e de expressar, sim embora os motivos fossem voltados para a religião com o objetivo de terem suas almas salvas do pecado. Foi a partir dos encontros desse tipo que lhes foram ensinadas uma forma de expressar, mesmo ainda que o método oralista prevalecesse, mas conseguiam achar uma forma de se relacionarem e então surgem os grupos de surdos conversando pelas cidades, o que causou muito incomodo para sociedade, pois não se acreditava que os surdos poderiam se compreender e serem ativos na sociedade.

Já que a fala implicava para o reconhecimento do surdo como cidadão, então surgem muitos homens que contribuiram para a tentativa de correção da fala dos surdos e assim pudessem incluídos como cidadãos. Entre estes destacam-se, Juan Pablo Bonet – soldado do serviço secreto do rei, resolveu educar surdos. Também Jacob Rodrigues Pereire -educador fluente em língua de sinais, porém defensor da oralidade. Johann Conrad Amman – medico suíço, acreditava que os surdos eram destituídos das bênçãos de Deus, pois não possuíam a fala. John Wallis – é considerado na Inglaterra, o fundador do oralismo. Thomas Braidwood - seu objetivo em educar os surdos estava em fazê-los falar, pois para ele falar significava ser um sujeito pensante, Silva (2009).

Com os resultados de todo um trabalho com os surdos, vem os pontos negativos já que o método oralista, onde se ensinava a falar não estavam favorecendo a comunidade surda, pois a repetição de palavras não estava gerando a

compreensão, surgindo então como contra partida surge a possibilidade de uso de sinais que facilitaria a compreensão de mundo dos surdos. Infelizmente, a tentativa de “curar” os surdos ainda estava em discussão, apesar dos resultados negativos. Como ainda comenta Sacks (1998) in Silva (2009) que:

Havia, de fato, verdadeiros dilemas, como sempre houvera, e eles existem até hoje. De que valia, indagar-se, o uso de sinais sem a fala? Isso não restringiria os surdos, na vida cotidiana, ao relacionamento com outros surdos? Não se deveria, em vez disso, ensina-los a falar (e ler os lábios), permitindo a eles, plena integração com a população em geral? A comunicação por sinais não deveria ser proibida, para não interferir na fala? (1998, p. 38).

No Brasil a historia do surdo se inicia com o professor francês Ernest Hueut, com ajuda do imperador D. Pedro II que fundou o instituto para surdos: o Imperial Instituto de Surdos-Mudos que em 1957, passou a instituto Nacional De Educação de Surdos- INES. O instituto começou como um asilo e fazia uso da língua de sinais mais com a proibição no Congresso de Milão o INES passou a usar o oralismo no método natural global oral direto dedutivo que foi aplicado durante cinquenta anos, era um método que discutia a importância da mimica para a aprendizagem de uma forma geral e para a aquisição da língua oral.

Ainda no século XX chega ao Brasil os conceitos de comunicação total e logo após na década de 1980 surge a filosofia bilíngue, possibilitando novas opções para o ensino do surdo, em todo o mundo os defensores não se renderam as pressões do oralismo e ficaram firme para que os surdos tivessem o reconhecimento da língua natural, a língua de sinais..

Em 1881, a Suécia foi o primeiro país a reconhecer a língua de sinais como a língua oficial da comunidade surda. Até que em 24 de abril de 2002, foi homologada a Lei Federal nº 10.436, regulamentada pelo decreto Lei nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que reconhece a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como a língua oficial da comunidade surda.

Como eram e como são vistas as pessoas com surdez

A discriminação vivida pelos surdos ao longo da historia é a pior parte da “deficiência”. O surdo era tratado como um louco ou deficiente e incapaz como no relatado por Rimar Ramalho Segala registrado por Kojima (v 1)

...alguns pensam que sou louco...conclui o curso de matemática, trabalhei como professor d matemática na escola especial para crianças surdas por 6 anos, também fiz curso de teatro. (p. 9)

O surdo não tem distúrbio intelectual e sim, atraso no desenvolvimento cognitivo, devido à grade barreira da comunicação (Segala e Kojima V.1). Buscar a cura e a reabilitação do surdo, não é oferecer perspectivas para as pessoas na condição de deficientes e de incapazes, consideradas como incuráveis e intratáveis. O que segundo do surdo Rimar Ramalho Segala “o surdo possui uma compreensão natural, o que os ouvidos não podem ouvir, os seus olhos ouvem”.

A dificuldade varia de acordo com a complexidade da transação, como comprar pacote de leite até uma passagem de avião no aeroporto. Sem dúvida muita coisa mudaria se a humanidade respeitasse as deficiências e entendesse as diferenças oferecendo ao deficiente o mínimo de acessibilidade e dignidade. É como se fossem “estrangeiros brasileiros no Brasil” que não compreendem a língua dos ouvintes e nem são compreendidos na sua língua natural.

A surdez era vista de um olhar clínico, o que diagnosticava como um deficiente, Debi mental, louco, incapaz de aprender, sem capacidade de compreensão do mundo e das palavras. Sacks (1998) in Silva (2009) mostra no relato de Desloges – surdo que veio conhecer e utilizar a língua de sinais na idade adulta.

“No início de minha enfermidade, e enquanto vivi separado de outras pessoas surdas [...] não tive conhecimento da língua de sinais. Eu usava apenas sinais esparsos, isolados e não relacionados. Desconhecia a arte de combina-los para formar imagens distintas com as quais podemos representar várias ideias, transmiti-las a nossos iguais e conversar em discurso lógico”. Sacks (1998 p. 31).

A CONQUISTA DA LIBRAS COMO LÍNGUA NATURAL DA COMUNIDADE SURDA

Como vimos na historia dos surdos, a resistência pelo uso das mãos era feita da forma mais agressiva possível, a visão clinica que se tinha da surdez perdurou muito tempo, mas não havia a cura para tal “doença”. O surdo não poderia ficar curado e passar a ouvir.

Desde os anos de 1990 do século passado, as pesquisas sobre a língua de sinais vêm aumentando consideravelmente. Essas pesquisas concluem que essa língua é comparável em complexidade e expressividade às línguas orais e podem expressar ideias sutis, complexas e abstratas, sendo ainda considerada como a língua materna ou nativa do individuo surdo em qualquer lugar do mundo. UNINTER (coordenação de curso normal superior- Pedagogia Libras).

CONCEITUANDO BILINGUISMO

Segundo o dicionário eletrônico Houaiss 3.0 bilinguismo é: 1. Coexistência de dois sistemas linguísticos diferentes (língua, dialeto, falar etc.) numa coletividade, us. alternativamente pelos falantes segundo exigências do meio em que vivem, ou de situações específicas, 2. Uso concomitante de duas línguas por um falante, ou grupo, com igual fluência ou com a proeminência de uma delas, 3. Existência de duas línguas num país com *status* de língua oficial, 4. Ensino, oficial ou não, de uma língua estrangeira, além da língua materna.

É o uso de duas línguas no processo educacional uma que seja a materna e a outra como segunda língua. O termo se funde a história do surdo onde a sua primeira Língua é a Libras e a segunda Língua o português. Segundo Meserlian e Vitaliano (2009) a educação bilíngue é uma filosofia de ensino que recomenda o acesso a duas línguas no contexto escolar, sendo a Língua de Sinais considerada como língua natural e por meio dela será realizado o ensino da língua escrita. Essa filosofia resgata o direito da pessoa surda de ser ensinada na Língua de Sinais, respeitando-se seus aspectos sociais e culturais (BRASIL, 2004).

A proposta bilíngue surgiu baseada nas reivindicações dos próprios surdos pelo direito a sua língua e das pesquisas linguísticas sobre a língua de sinais.

A compreensão dos conteúdos a partir da língua materna do surdo exige um profissional capacitado que o oriente. É importante frisar que não apenas o surdo deve ser bilíngue, ou seja, domine as duas línguas, mas o próprio ouvinte que atuará como educador e interprete do indivíduo surdo. De acordo com Feneis apud Silva e Nembri (2008) “a LIBRAS é a língua materna dos surdos brasileiros e, como tal, poderá ser aprendida por qualquer pessoa interessada pela comunicação com essa comunidade”.(p.32)

CENÁRIO DA PESQUISA

Neste capítulo que considero o mais importante, não pela comparação mais pelos dados reais através da constatação das palavras da pessoa que vive a “diferença” e pessoas que convivem com ela. Pelos comentários que mostram o que o diagnóstico da surdez causa na vida de uma pessoa e as consequências no ambiente onde vive, principalmente na escola. “A surdez é uma deficiência que leva o indivíduo a ter perda total ou parcial da percepção sonora devendo ser verificado também em que momento ela se manifestou, se antes ou após a aquisição da linguagem oral e quais as prováveis causas como também os diferentes graus de perda auditiva, entre outros determinantes” (Milanez, 2011 in Silva 2010).

CONSIDERAÇÕES E RECOMENDAÇÕES - O BILINGUISMO: UMA PROPOSTA PARA A COMUNICAÇÃO TOTAL

Os defensores da língua de sinais afirmam que só por meio dela, adquirida em qualquer idade, o sujeito surdo constituirá uma identidade surda, já que ele não é ouvinte, Perlin, (1998); Moura (2000) in Santana (2007). Essa cultura que é caracterizada pelo modo de vida, mas que tem como principal fundamento a língua de sinais, isso se justifica pelo fato de quando há interação entre surdos através da língua de sinais, surgem novas possibilidades de compreensão, de diálogo e de aprendizagem, que não são possíveis apenas por meio da língua oral, Santana (2007).

Tanto a linguagem verbal quanto a não-verbal expressa sentidos utilizando-se de signos constituídos quer seja, por sons da língua, as formas, as cores, os gestos, os sons, as expressões do corpo e outros não se restringindo somente a uma forma de comunicação. , Fukushima (2008).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste estudo possibilitou analisar as condições para comunicação do aluno com deficiência auditiva na organização escolar investigada, considerando os princípios de políticas educacionais que promovem e asseguram ao aluno com surdez participar e aprender em condições de igualdade sem sofrer discriminação e danos intelectuais no contexto escolar.

Por meio de estudos teóricos e investigativos, foi possível perceber que teoria e prática nem sempre caminham na mesma direção, ou seja, não estão em consonância com propósito de educação na perspectiva inclusiva uma vez que a oferta do ensino dispensado ao aluno surdo na instituição analisada ainda não oportuniza ao aluno deficiente auditivo construir a sua identidade e autonomia, uma vez que suas peculiaridades não são consideradas no contexto da prática escolar. Comumente eles são tratados como ouvintes e precisam se adequar as regras da escola.

O despreparo da professora associado a outros fatores para assistir ao aluno surdo na sala regular de ensino tem se constituído como um dos grandes empecilhos a sua comunicação e interação com todos os componentes da escola, visto que não existe na instituição de ensino uma organização de base para o atendimento educacional de alunos deficientes auditivos.

Assim o fracasso escolar recai sobre o aluno surdos e não sobre as práticas educacionais impostas a eles. Ou ainda, são condicionados a não partilharem das mesmas experiências que os alunos ouvintes, porque deveriam

estar em uma sala especial, assim teriam mais chances de aprenderem.

A concepção de inclusão do aluno com deficiência na escola regular percebida pelos entrevistados nesse estudo, a princípio parecia ser importante, visto que entendiam que inclusão oportuniza a sociabilidade da pessoa com deficiência, mas a prática docente não permite essa sociabilidade. Esta importância está apenas na oportunidade de estarem na escola, e não a todas as condicionantes para verdadeira inclusão tais como: organização do espaço escolar, formação específica do docente, adaptação curricular, estratégias de ensino, processos avaliativos, parcerias firmadas entre os órgãos gestores e pais, bem como utilização de recursos tecnológicos com objetivos pré-definidos facilitadores do processo aprendizagem do aluno surdo na escola comum.

Refletir sobre o processo de inclusão de alunos surdos na escola regular é imprescindível e fundamental porque educação de qualidade e igualitária só é possível à medida que os diversos organismos sociais e seu corpo docente, discutem, analisam, propõem e executam ações concretas capazes de modificar mentalidades e promover cidadania.

Considerando as discussões de educadores, de aluno surdo e os parâmetros legais que regem a educação do país, entre estes a LDB (9934/96) o sistema municipal de ensino precisa rever sua estrutura organizacional para oferta do ensino inclusivo. E esta revisão deve começar por absorver as novas concepções de ensino na perspectiva inclusiva, passando por mudanças para capacitações dos profissionais da rede, incorporação do ensino da LIBRAS visando à melhoria no processo ensino-aprendizagem do seu corpo discente e docente para a comunicação total.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Meire Aparecida. **A inclusão do surdo no ensino regular: a legislação.** Marília 2007.

BENTES, Jose Anchieta de Oliveira. Hayashi, Maria Cristina Piumbato Innocentini. **Normalidades e disnormalidades: formas de trabalho docente na educação do surdo.** Campina Grande: EDUEPD, 2012. 254p.

Bíblia Sagrada- Harpa Cristã. Português. I Almeida, Joao Ferreira de- trad. II Berueri, SP: Sociedade Bíblica do Brasil, Rio de Janeiro: Casa publicadora das Assembleias de Deus, 2003. 1536 p.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Lei Nº.10.436**, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências. Brasília, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Decreto Nº 5.626**, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei Nº.10.436, de 24 de abril de 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **LEI nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996.

Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa 3.0.

FERNANDES, Sueli De Fátima. **Surdez e Linguagens: É Possível O Diálogo Entre As Diferenças?**. Curitiba, 1998.

FUKUSHIMA, Cecília Sueko Miyake. **Unidade Temática: Barreira Na Comunicação Dos Surdos**. Arapongas – PR, 2008.

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12907:legislacoes&catid=70:legislacoes

KOJIMA, Catarina Kiguti. SEGALA, Sueli Ramalho. **Língua Brasileira de Sinais- A imagem do pensamento**. V.1. Livros Escala.

MESERLIAN, Kátia Tavares e VITALIANO, Célia Regina. **ANÁLISE SOBRE A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO DOS SURDOS-** PUC PR 2009. Disponível em http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/3114_1617.pdf.

SANTANA, Ana Paula. **Surdez e Linguagem: aspectos e implicações neurolinguísticas**. São Paulo: Plexus, 2007.

SILVA, Liliane Bezerra da. **Inclusão De Alunos Surdos Na Escola Municipal De Ensino Fundamental João Moreira Soares**. UFPB, 2010.

SILVA, Silvana Araújo. **Conhecendo um pouco da história dos surdos**. Londrina – PR, 2009.

SKLIAR, Carlos. **A educação e a pergunta pelos Outros: diferença, alteridade,**



diversidade e os outros “outros”. Ponto de Vista, Florianópolis, n.05, 2003.

UNINTER (coordenação de curso normal superior- Pedagogia Libras)